

A POLÍTICA EDUCACIONAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: FORMAS DE EXPANSÃO DOS INTERESSES DAS CLASSES DOMINANTES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LA POLÍTICA EDUCATIVA EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XXI: FORMAS DE EXPANSIÓN DE LOS INTERESES DE LAS CLASES DOMINANTES EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN NACIONAL

EDUCATIONAL POLICY IN THE FIRST DECADES OF THE 21ST CENTURY: WAYS OF EXPANDING THE INTERESTS OF THE DOMINANT CLASSES IN THE HISTORY OF NATIONAL EDUCATION

Maria de Fátima Felix Rosar¹

Resumo: Destaca-se neste artigo a necessidade de se compreender a política educacional como uma das formas de expressão da desigualdade intrínseca à estrutura da sociedade de classes. A análise e interpretação percuciente da política educacional brasileira, nesse contexto, tem sido a tônica da contribuição dos autores dos artigos da *Germinal* nos quais são destacadas as particularidades desse processo histórico, como se pretende ressaltar ao revisitar parte da produção contida nos diversos números editados, desde o ano de 2009.

Palavras-chave: política educacional, história da educação, capitalismo

Resumen: Se destaca en este artículo la necesidad de comprender la política educativa como una de las formas de expresión de la desigualdad intrínseca a la estructura de la sociedad de clases. El análisis e interpretación percuciente de la política educativa brasileña, en ese contexto, ha sido la tónica de la contribución de los autores de los artículos de la *Germinal* en los que se destacan las particularidades de ese proceso histórico, como se pretende resaltar al revisar parte de la producción contenida en los diversos números editados, desde el año 2009.

Palabras clave: política educativa, historia de la educación, capitalism

Abstract: This article highlights the need to understand education policy as one of the ways of expressing inequality intrinsic to the structure of class society. The critical analysis and interpretation of the Brazilian educational policy in this context has been the keynote of the contribution of the authors of the *Germinal* articles in which the particularities of this historical process are highlighted, as it is emphasized to revisit part of the production contained in the various edited numbers, since the year 2009.

Key words: educational policy, history of education, capitalism

Destaques de elementos da atual conjuntura

Ao tempo em que a Revista *Germinal* completa 10 anos de existência, às vésperas do ano de 2019, tornam-se mais fortemente delineadas e desconcertantes as perspectivas de que o segmento majoritário da população brasileira atravessará o umbral da história do país, para o final da segunda década deste século, como se estivesse fazendo um retrocesso singular, de modo veloz, em direção ao passado. Em face a essa conjuntura, torna-se ainda mais premente a necessidade de se compreender a política

educacional como uma das formas de expressão da desigualdade intrínseca à estrutura da sociedade de classes. A análise e interpretação percuciente da política educacional brasileira, nesse contexto, tem sido a tônica da contribuição dos autores dos artigos da *Germinal* nos quais são destacadas as particularidades desse processo histórico, como se pretende ressaltar ao revisitar parte da produção contida nos diversos números editados, desde o ano de 2008.

Essa primeira mirada acerca da história presente mostra, em sua dimensão mais aparente, um traço de continuidade da ação política e econômica das classes que dominaram o país, desde a proclamação da República, indiferentes em relação às classes subalternas, exceto quando, por um lado, fez-se necessário acionar as forças coercitivas para reprimir e/ou extinguir os movimentos populares de reação à usurpação de seus direitos fundamentais, por meio das políticas executadas pelo Estado capitalista e, por outro lado, fez-se necessário conservá-las como força de trabalho a ser explorada, em diferentes setores da atividade produtiva. Por meio de suas formas de atuação coercitivas, autoritárias e excludentes, mesmo quando se afirmava formalmente como uma democracia liberal, foi registrada na história do Brasil, a sucessão de governos que se mantiveram integrados aos interesses das classes dominantes, sendo seus legítimos representantes nas esferas dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Para além dessa dimensão aparente de continuidade, nas entranhas mais profundas do processo de constituição da nação, encontram-se as suas matrizes históricas incrustadas no movimento do capitalismo mundial, desde períodos pretéritos, quando se inseriu o país nos negócios da expansão ultramarina, em pleno século XVI, momento em que se estabeleceu a geopolítica da colonização no atlântico sul, tendo a política, a economia e a cultura entrelaçadas às questões da colonização e da dominação dos povos africanos e indígenas do Brasil.

Deve-se ressaltar nesse processo histórico a presença marcante dos movimentos sociais urbanos e rurais, organizações trabalhistas e político-partidárias que impulsionaram as transformações políticas e culturais no país, fazendo-o avançar, de algum modo, quando foram confrontados e levados a retrocederem, parcialmente, os regimes ditatoriais, que marcaram os períodos de 1937-1945 e de 1964-1985, muito embora as conjunturas internacionais tenham tido influência também sobre a mudança dos regimes, considerando a necessidade de expansão do próprio capitalismo no Brasil.

No caso da ditadura Vargas, pós-segunda guerra mundial, a fração burguesa, ligada à industrialização nacional, perdeu espaço para as forças políticas e econômicas, de viés liberal, atreladas ao capital estrangeiro, e frações das oligarquias regionais, com interesses econômicos ligados ao setor agrário-exportador.

No período da ditadura empresarial-militar, encerrado o ciclo de expansão da política keynesiana, em nível mundial, no final dos anos 1970, e com o fim do ciclo de liquidez internacional no início da década de 1980, quando cessaram os fluxos voluntários de capital estrangeiro para o Brasil, pós-moratória mexicana em 1982, inicia-se o período denominado como período da crise da dívida externa. O país passa a fazer remessas líquidas de recursos ao exterior, provocando baixo crescimento econômico, inflação e recessão, com aumento generalizado do desemprego, o que fez o regime perder a sustentação

pelos mecanismos que produziam um “consenso” relativo e não podendo, desse modo, manter-se apenas com o uso dos meios de coerção². Essa situação forçou o governo militar a um relativo recuo, iniciando um incipiente processo de redemocratização, ainda incompleto e que, na atual conjuntura, demonstra nítidos sinais de retrocesso, do ponto de vista das condições políticas e econômicas, mesmo consideradas nos marcos do capitalismo, sob o prisma da democracia representativa e da perspectiva de uma sociedade menos desigual econômico e socialmente.

Além dos movimentos e organizações progressistas de estudantes e de diversas categorias de trabalhadores da educação, realizou-se um embate sempre continuado, no âmbito das universidades e organizações acadêmicas e científicas, com o propósito de lutar pela materialização de políticas de educação favoráveis à superação dos entraves históricos ao desenvolvimento das classes subalternas, além de produzir conhecimento científico adequado a esse fim. Esses entraves se expressam no elevado índice de analfabetismo na atualidade, no acesso relativo dos jovens ao ensino médio e no acesso restrito ao ensino superior, de acordo com os dados do IBGE, coletados na Pnad de 2017.

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou o índice de 6,5% estipulado, ainda para 2015, pelo Plano Nacional de Educação (PNE). As informações estão no módulo Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, divulgado pelo IBGE. Em números absolutos, a taxa representa 11,5 milhões de pessoas que ainda não sabem ler e escrever. A incidência chega a ser quase três vezes maior na faixa da população de 60 anos ou mais de idade, 19,3%, e mais que o dobro entre pretos e pardos (9,3%) em relação aos brancos (4,0%). Quatorze das 27 unidades da federação, porém, já conseguiram alcançar a meta do PNE, mas o abismo regional ainda é grande, principalmente no Nordeste, que registrou a maior taxa entre as regiões, 14,5%. As menores foram no Sul e Sudeste, que registraram 3,5% cada. No Centro-Oeste e Norte, os índices ficaram em 5,2% e 8,0%, respectivamente. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> (18/05/2018).

O problema da exclusão dos jovens, de 15 anos a mais, do nível do ensino médio, se evidencia tanto pela defasagem entre idade série, como pelas difíceis condições de permanência, o que compromete o processo regular de escolarização de um grande percentual de jovens.

A meta de garantir que 85% dos alunos do ensino médio estejam na idade esperada para a etapa também não foi alcançada. Em 2017, apenas 68,4% dos estudantes estavam na etapa esperada para a idade, mostrando pouca variação em relação a 2016, 68%. No ensino fundamental, a meta, estipulada em 95%, já havia sido cumprida no ano passado, quando foi registrado 96,5%, subindo para 96,9% em 2017. Porém, ao observar o recorte do 6º ao 9º ano, esse número cai para 85,6%. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> (18/05/2018).

Também no ensino superior embora seja identificado crescimento, existe um percentual reduzido da população que atinge esse nível de ensino.

Por outro lado, houve aumento no percentual de pessoas com 25 anos ou mais idade com ensino superior completo, passando de 15,3% em 2016 para 15,7% em 2017. Entre os brancos, 22,9 % haviam concluído essa etapa, e na população preta e parda, 9,3%. Em 2016, esses números ficaram em, respectivamente, 22,2% e 8,8%. Já a taxa de pessoas sem instrução, ou seja, aquelas de 25 anos ou mais que não completaram nenhum ano do ensino fundamental, caiu de 10,7% em 2016 para 8,8% no ano passado. Regionalmente, a maior incidência foi observada no Nordeste, 16,5%, e a menor no Sudeste, 5,5%. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> (18/05/2018).

Essas evidências de que se reproduz, permanentemente, o caráter excludente e desigual da sociedade capitalista, também por meio do sistema de educação pública, apresenta as suas particularidades no caso do Brasil, que não alcançou realizar uma expansão profunda das políticas públicas de garantia efetiva dos direitos sociais, durante os governos “democrático-populares”, com representantes de setores de centro-esquerda, no período de 2003 a 2011 e de 2011 a meados de 2016, quando se fez a redução dos segmentos que estavam abaixo da linha da pobreza³, porém, ao mesmo tempo, foram mais beneficiados os setores rentistas, provocando uma concentração de renda ainda mais elevada. Na atualidade, **30% da riqueza do Brasil estão nas mãos de 1% da população**. Desde os fins da década de 1980 e, sobretudo, a partir dos anos 1990, aprofundou-se o processo concentrador de riqueza e renda, com a passagem do período da política de substituição de importações para as políticas tidas como liberalizantes: desregulamentação financeira, privatização, ampliação da abertura comercial, com forte redução tarifária, acompanhadas de ajuste fiscal permanente, políticas estas consubstanciadas no que se definiu como “Consenso de Washington”.

Esse conjunto de políticas proposto pelos organismos multilaterais para os países em desenvolvimento e, principalmente, para a América Latina, decorre da etapa recente de mundialização do capital, ou seja, da fase atual do imperialismo, que tem como uma de suas principais características a valorização da riqueza na esfera financeira, em detrimento do setor industrial. Nesse processo de reconfiguração da dinâmica do capitalismo, retoma-se a inserção subordinada e desfavorável que marcou o período colonial até a primeira República, no caso do Brasil, com crescente reprimarização da pauta de exportação e deterioração dos termos de trocas do balanço de pagamentos⁴¹. O atual contexto é marcado por forte deslocamento do setor industrial dos países centrais em direção à Ásia, que passa a hegemonizar a produção industrial, tanto dos produtos de elevado valor agregado, quanto dos produtos convencionais, porém o processo de pesquisa e desenvolvimento ainda permanece nos países centrais, exceto o caso do Japão que detém o controle completo do processo de concepção e produção. Isso tem levado a um novo patamar de especialização em nível mundial, estando os países desenvolvidos no comando do mercado financeiro e da criação do setor de serviços cada vez mais sofisticados, enquanto por outro lado, os países africanos permanecem como áreas de superexploração dos recursos naturais não renováveis e da força de trabalho não qualificado. No caso do Brasil, especificamente, a exploração das riquezas naturais pelo agronegócio e pela extração mineral tem avançado em ritmo acelerado, nesta década, com tendência a maior intensificação em decorrência da política de privatização dos recursos naturais.

Isso ocorre em pleno momento de agudização da crise econômica, em nível nacional, decorrente da própria crise do capitalismo mundial, que se arrasta desde 2008, com evidências de que não poderá ser solucionada de forma definitiva, sem que se alterem os fundamentos do próprio modo de produção capitalista, em que as crises constituem parte do seu desenvolvimento entrópico. Na atual conjuntura, o capitalismo enfrenta uma contradição que expõe o seu limite, qual seja, o paradoxo entre o crescimento da produtividade do trabalho e as relações de produção estabelecidas entre o trabalho e o capital. O cerne da

crise está contido na tendência de queda da taxa de lucro, que tem se manifestado em ciclos ascendentes e descendentes, com predomínio dos resultados negativos, que resultam do aumento da produtividade, com o uso mais intensivo dos meios de produção em substituição à força de trabalho. Assim, cada trabalhador produz uma quantidade maior de mercadorias, acionando meios de produção mais avançados, porém reduzindo o valor contido em cada unidade de mercadoria.

Conforme dados de Carchedi²,

a produtividade aumentou de 28 milhões de dólares por trabalhador, em 1947, para 231 milhões em 2010, ao passo que os trabalhadores por meios de produção se reduziram de 75 em 1947, para 6 em 2010. Uma vez que só o trabalho produz valor, uma hipótese que se pode demonstrar empiricamente, uma maior quantidade de produto sempre contém uma menor de valor.

Ainda de acordo com o autor citado, essa mesma lógica também opera no caso do trabalho intelectual, quer pelas novas formas de trabalho que permitem ampliar o grau de exploração, sob modos ainda mais severos de submissão do trabalhador intelectual, como também pela introdução de novas tecnologias que substituem o trabalho vivo pelo trabalho corporificado nos meios de produção.

Face ao movimento de redução das taxas de lucro, emergem contra tendências com a finalidade de tentar restabelecer a taxa de lucro, o que produz apenas resultados temporários. As inovações tecnológicas diminuem o valor de cada unidade de produto e também o valor dos meios de produção, assim o denominador da taxa de lucro pode cair e a taxa de lucro pode crescer. Essa contra tendência somente funcionou a curto prazo, em situações concretas, porque a longo prazo a totalidade do preço das máquinas tende a crescer, fazendo cair novamente a taxa de lucro, como demonstram Netto e Braz (2007, p. 144): $p = m/c+v$ (**p = taxa de lucro, v- capital variável, c= capital constante e m= mais valia**).

O capitalista não distingue os gastos com **c** e **v**: na sua contabilidade, tudo é investimento; assim, ele calcula a sua taxa de lucro levando em conta o investimento total (**c** e **v**). O lucro é a forma metamorfoseada com que a mais-valia aparece ao capitalista, e é esta forma a que imediatamente lhe interessa – com efeito, a rentabilidade de uma empresa é determinada pela sua taxa de lucro.

Outra contra tendência acionada pelo capital, para reverter a queda da taxa de lucro, é aumentar a taxa de exploração, visto que os trabalhadores passam a produzir mais-valia em maior magnitude, quanto mais se intensificam o trabalho e a jornada de trabalho. Assim, quanto mais mais-valia produzem, cresce a taxa de exploração e a taxa de lucro. Isso vem ocorrendo principalmente com a política neoliberal, a partir de 1986. Entretanto, o sistema não aumenta a mais-valia por unidade de capital investido, por essa razão a massa de mais-valia diminui, porque se reduz o capital variável, ao passo que a parte apropriada pelo capital tende a crescer. A remuneração do trabalho decresce drasticamente em comparação com o que é apropriado pelo capital sob a forma de lucro, de um quantum menor de mais-valia. Desse modo, o efeito da contra tendência não se mantém no longo prazo, porque cada vez mais será necessário inovar o processo produtivo, portanto, reduzindo a parte variável do capital, o que determina o desemprego estrutural em larga escala.

Uma terceira contra tendência verifica-se pelo aumento da taxa média de exploração em nível global e, portanto, a compressão dos salários significa: por um lado, reduz-se o poder aquisitivo da massa

assalariada e, por outro, o valor do excedente produzido não pode ser investido nos setores produtivos, em função da queda da taxa de lucro nestes setores. Isto determina uma migração do capital para os setores improdutivos, como o comércio, as finanças, e a especulação, cujos lucros são fictícios⁵, uma vez que se originam dos lucros da esfera produtiva.

Segundo Carchedi (2017, p.8), os lucros financeiros nos anos 1950 eram de 3,1% dos lucros reais, enquanto em 2010 alcançaram a taxa de 136,5%, porém isso quer dizer que eles não são acompanhados do crescimento da riqueza material. Noutras palavras, a taxa de lucro na esfera real da economia tende a contínua queda, o que leva o capital a valorizar-se, principalmente, na dimensão financeira, sem a criação de valor do lado real da economia. Isso determina em grande medida a reprodução da crise, visto os limites impostos para a produção ilimitada de mercadorias.

Na atual conjuntura, na qual se esgotaram as possibilidades de efeito positivo de políticas keynesianas, pelo fato do capital improdutivo ter ampliado seu predomínio no orçamento dos estados nacionais, verifica-se a tendência de se expandir a contradição entre a produtividade e as relações de produção (capital x trabalho), o que permite vislumbrar a hipótese de que o capital, ainda que lance mão de processo de expansão em territórios ainda não explorados na sua plenitude, fomenta também a economia de guerra nos diferentes continentes, não poderá lograr êxito no restabelecimento da taxa de lucro, tendo assim uma situação insolúvel a longo prazo, que poderá gerar a superação do modo de produção capitalista, caso possa se aprofundar, na dimensão subjetiva dos trabalhadores, a contraposição a esse modo de organização da sociedade, que aponte para a perspectiva de propriedade social dos meios de produção. Ora, essa perspectiva requer que se ultrapasse os limites da sociedade de classes e, portanto, dos fundamentos da sociabilidade e da civilização imposta pelo capitalismo, razão pela qual a educação ganha centralidade no processo de formação e desenvolvimento humanos. Entretanto, esse pressuposto também está contido no horizonte do capitalismo, o que acirra o caráter contraditório entre os projetos de desenvolvimento confrontados na política mais recente da educação brasileira.

Política educacional como instrumento de “conformação” da subjetividade e expansão do domínio da classe dominante sobre a educação no Brasil

Tomando-se como ponto de partida da análise da política educacional os fundamentos objetivos do capitalismo, em sua fase de financeirização, como tendência mundial, pode-se compreender que a subsunção real do trabalhador intelectual, sob o controle dos mecanismos de avaliação concebidos pelo capital, requer que seja elaborada, de acordo com suas diretrizes, a concepção de educação para as massas o que significa, efetivamente, reduzi-la a um nível de conhecimento mais restrito e fragmentado, que não requer o desenvolvimento de operações psíquicas complexas para a elaboração de formas de pensamento autônomo e compreensivo em relação à totalidade de um objeto, de um fato, de uma situação com a qual se defronta. Por outro lado, trata-se de abrir uma ampla área de negociação e de mercantilização da educação, também se reduzindo a atuação do Estado no setor da educação pública.

Esse objetivo vem sendo, continuamente, formulado pelos organismos multilaterais como a OCDE e implementados pelo Banco Mundial, Unesco, com a efetiva participação do setor empresarial no Brasil, sob a influência da Confederação Nacional da Indústria, a cada período de reformas educacionais impostas ao país, como bem demonstra Peixoto (2017), no Editorial da Revista *Geminal*, vol.9, n.1, p.4:

A opção de redução do Estado aos interesses do grande capital – na forma de políticas que privilegiam a acumulação privada por parte do empresariado internacional, em especial os bancos, e no âmbito da educação, aos grandes grupos econômicos da educação superior – agrava o quadro de escassez de verbas para a educação pública, com impactos significativos na educação básica e no ensino superior, via (a) corte dos recursos para a manutenção das funções essenciais, (b) rebaixamento das condições de trabalho, desmonte das carreiras e rebaixamento dos salários dos servidores destes setores, (c) gerenciamento dos poucos recursos disponíveis via sua re-distribuição por editalização, atribuindo aos professores a tarefa de captação destes recursos, (d) estabelecimento de exigências de produtividade docente para o concurso a estes editais, resultando na intensificação do trabalho dos professores.

No vol. 9, n.1, (2017) a Revista *Geminal* priorizou como temática – A Crítica da política educacional – de modo a contribuir para a apreensão das múltiplas determinações desse processo de subordinação da educação aos interesses do capital.

Nesse sentido, torna-se fundamental identificar o modo pelo qual se fortalecem as forças conservadoras articuladas no aparato do Estado capitalista, construindo uma convergência de objetivos, estratégias e táticas nas instâncias do executivo, legislativo e judiciário, em aliança com os setores do empresariado nacional e internacional, que atuam na qualidade de reformadores da educação brasileira, destacando-se a liderança da coalização de organizações do movimento *Todos pela Educação*. Produz-se assim, por meio desse conjunto articulado de instituições, como ressalta (LEHER, VITTORIA E MOTTA, 2017, vol.9, n1) uma “verdadeira tormenta político-cultural” na educação, por meio de mudanças profundas no ensino médio, com a aprovação da Lei 13.415/2017, restaurando o padrão de profissionalização precoce e simples dos jovens, de modo assemelhado ao projeto de ensino profissionalizante implementado durante a ditadura empresarial-militar com a Lei 5.692/71, calcada na *Teoria do Capital Humano*, segundo a qual o ser humano não passa de um fator de produção, do qual deve-se extrair, com o seu consentimento, o máximo de resultados para a economia das empresas e do país.

Para que seja internalizada essa adesão dos jovens, que ingressarão no mercado de trabalho, para ocupar postos cada vez mais simplificados, conjugam-se fortes elementos de caráter ideológico, garantindo o reducionismo da capacidade de pensar criticamente acerca da realidade. Assim, redefine-se o papel da ciência, da tecnologia e da cultura, eliminando as disciplinas mais estratégicas para uma formação integrada e ampliada. Retirando-se as disciplinas relacionadas ao campo das artes e das expressões corporais e ao campo da formação crítica do pensamento, como a sociologia e a filosofia, reduz-se a possibilidade do desenvolvimento humano dos jovens e adolescentes, tornando-os mais vulneráveis ao processo de ideologização conservadora e reacionária, contrária à secularização e a laicidade da vida social, tal como se expressa no projeto da *Escola sem partido*, em tramitação no Congresso Nacional (LEHER, VITTORIA, MOTTA, 2017, p.17-18).

Concebendo como um dos objetivos estratégicos para o capital, restringir e subordinar a forma de desenvolvimento humano e garantir a adesão dos jovens aos seus próprios interesses, por meio de uma educação instrumental, desenvolve-se também o modo pelo qual a mercantilização da educação poderá se expandir progressivamente, reduzindo os custos de sua transformação em mercadoria, por meio de um currículo restrito ao enquadramento das mentes sob o domínio de competências adquiridas de modo mais automatizado e mecânico. Com essas características, interessa às corporações nacionais e internacionais assumirem o controle da produção desse “bem cultural de massa”, para o qual o trabalhador intelectual pode ser contratado, precariamente, para colaborar como simples repetidor de processos concebidos e transmitidos por intermédio das mídias de longo alcance.

Como demonstram (LEHER, VITTORIA E MOTTA, 2017, p. 22) essa é uma meta concebida para o Espaço de Educação Superior na América Latina e Caribe (ENLACE), coordenado pelo IESALC/UNESCO no qual se inserem as instituições privadas, majoritárias na América Latina, “sob o controle do capital-rentista, como ocorre no Brasil, constituindo uma área de livre comércio para a educação superior da América Latina, garantindo o reconhecimento de diplomas e créditos referenciados no Proyecto Tunning de competências mundiais”⁶.

Duarte e Derisso (v.9, n. 2, 2017) também destacam a descaracterização da escola pública na qual o trabalho precarizado do professor se generaliza, tanto pela política de redução de custos que se concretiza com a compressão dos salários, como pela política de reducionismo da finalidade do ensino, restringindo-se o escopo de sua formação à dimensão prática, sem acesso aos fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos. Combinado com esse modo de aligeiramento e desvalorização da formação, foi admitido inclusive o retorno da graduação, em nível de licenciatura curta, o que determina também a desprofissionalização da carreira, pelo mecanismo de ingresso de profissionais com outra formação superior na atividade prática do magistério.

Prevalece, segundo Duarte e Derisso (2017, p. 135),

uma orientação pedagógica de cunho construtivista que repousa numa concepção de indivíduo comprometido com o ideário neoliberal, uma vez que para esta orientação pedagógica a construção do conhecimento é um fenômeno subjetivo que instrumentaliza o indivíduo a desenvolver competências para adaptar-se e sobreviver num mercado competitivo, o que corrobora com a visão neoliberal segundo a qual ao defender seus interesses particulares cada indivíduo se insere numa ordem social regulada pela mão invisível do mercado e contribui para o desenvolvimento e aprimoramento da mesma.

Nesse contexto, portanto, a reforma do ensino médio, realizada durante o atual mandato do governo ilegítimo de Temer, garante a reprodução do ideário da escola dualista, para, assim como ocorreu durante a ditadura empresarial-militar, contribuir com a formação pragmática e profissionalizante, no sentido restrito de aquisição de competências e habilidades para o trabalho, por parte de um contingente mais numeroso de jovens destinados aos postos de trabalho simples, enquanto o acesso ao ensino superior estará mais restrito ao conjunto de pessoas que poderão depois ocupar postos de trabalho intermediários no setor de produção e serviços.

A educação tecnicista originária dos EUA nos anos 60-70, readquire funcionalidade no período de hegemonia do neoliberalismo no Brasil, a partir dos anos 1990, em que o Estado sob a tutela do capital, corporificada pela ingerência do FMI e do BM, assume a gestão de reformas que atingem os direitos trabalhistas e sociais, ao mesmo tempo em que define as especificidades do trabalho precário, intermitente e terceirizado, para o qual a formação deve garantir um perfil profissional, flexível, submisso às oscilações do mercado de trabalho e cada vez mais alienado de sua concepção, por estar subsumido, de modo mais integral, às determinações do capital sobre a sua própria existência.

Os mecanismos utilizados pelo capital para a privatização da educação passam, portanto, por dimensões subjetivas e objetivas que se entrelaçam, expandindo o domínio do setor privado, que definindo uma agenda para o setor público, passa a ditar as normas para a utilização dos recursos públicos, a partir de critérios de eficiência e eficácia. Determinando o gasto com a educação como custo e não como investimento e, ao mesmo tempo, subtraindo a realização do direito público subjetivo de acesso ao conhecimento, em escolas públicas de qualidade socialmente referenciadas, pelos próprios educadores, o capital converte esta parte da esfera pública, em mais um espaço de valorização na esfera mercantil.

Melo e Sousa (v.9, n.1, 2017) ao tratarem das reformas educacionais como uma agenda do mercado que se concretizou por meio das políticas de educação do governo ilegítimo de Temer, indicam os principais impactos das medidas executadas no âmbito do próprio Ministério de Educação, com o objetivo de fortalecer os interesses do setor privado na área da educação. No âmbito do MEC, equipes de secretarias foram destituídas e também outras foram extintas, foi obstaculizado o diálogo sobre a educação pública com o ministério, em que prevaleceram lideranças articuladas com o Movimento Todos pela Educação, com forte presença de representantes de grandes corporações e do terceiro setor associados inclusive com o capital internacional, como tem sido demonstrado por Freitas (2014), Cruz e Paula (2015), Leher, Vittoria e Motta (2017), Melo e Sousa (2017), Peixoto (2017), Pereira (2017), Orso (2017), Neves e Piccinini (2018).

Foi estratégico provocar o esvaziamento do CNE e a desarticulação do Fórum Nacional de Educação, pois acabaram sendo feitas alterações nos marcos legais e no orçamento destinado à educação, inclusive com a aprovação da EC 95/2016. Essa emenda que congelou os recursos para a educação, saúde e todos os setores das políticas públicas, pelo prazo de 20 anos, desferiu um golpe profundo nos direitos sociais, ao produzir a redução da atividade desses setores públicos, comprometendo o atendimento aos segmentos empobrecidos da população nacional. Caso não se reverta essa situação, fato quase impossível de ocorrer, diante do perfil do governo que assumiu a direção do país em 2019, haverá a expansão da agenda do mercado por dentro das instituições públicas, em proporções ainda mais ampliadas. Como avalia ORSO (vol.9, n.1, p.56),

Nem mesmo as piores ditaduras do planeta ousaram congelar investimentos/salários por 20 anos. Nem os países com situação econômica catastrófica, como no caso da Espanha que já soma mais de 5 anos com taxa de desemprego superior a 20% e chegou a 27%, ou a Grécia, que está com 23,20%, mas já chegou a 28%, adotaram medida tão desastrosa, catastrófica e absurda como essa. A Zona do Euro que está com 10,10% de desemprego nunca propôs algo semelhante. Temer foi capaz de superar o próprio governo Fernando Henrique, de triste memória. Nunca antes um governo se atreveu

atacar os trabalhadores com tanta fúria, desfaçatez, cinismo e descaramento como Michel Temer. Enterrar finalmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criada em 1943 e o que resta da constituição de 1988, é a meta.

As reformas que foram executadas, definindo a pauta para a educação, durante a gestão do Ministro Mendonça Filho abrangeram: o ensino fundamental por meio da Base Nacional Comum Curricular, a alfabetização como processo a ser atingido até os 8 anos de idade, a formação de professores, o ensino médio, o redimensionamento do FUNDEB como mera complementação de recursos, a redução de vagas nas IES (Portaria Normativa no .20, de outubro de 2016) e o sistema de avaliação da educação básica.

Além dessas medidas, realizadas sem debate com a sociedade, foi criado, pelo MEC, conforme Portaria Normativa nº 983 de agosto de 2016,

o Grupo de Trabalho de Serviços Relacionados à Educação, que nada mais é do que o amadurecimento da entrega do espaço da educação ao comércio internacional, pondo-a com mero insumo de serviço já que a finalidade do grupo de trabalho está em “realizar levantamento de legislação que estabeleça condições diferentes entre o prestador de serviço (...) para efeitos de negociações internacionais em matéria de comércio de serviços”. (BRASIL, 2016). Com a edição da Portaria está autorizada a entrada do Brasil no TISA, sigla para “Acordo de Comércio e Serviço” no ramo internacional, no âmbito da OMC. (MELO E SOUSA, v.9, n.1, 2017, p. 33).

A intencionalidade política dessa medida visa os diferentes níveis de ensino, como se vislumbra pela reforma do ensino médio, e também do ensino superior, cuja expansão recente como resultado das políticas encetadas durante os governos petistas (REUNI, PROUNI), produziu também como efeito a ampliação do setor privado, pelo próprio processo de expansão dos negócios, em nível nacional associado ao nível internacional.

A expansão da educação superior privada, resultado da agenda neoliberal para a educação, foi operada por frações da burguesia, acentuando nosso caráter de capitalismo dependente. Esta noção é fundamental para a percepção de que esta agenda do Banco Mundial é imposta, mas conta com a colaboração das frações da burguesia e do governo. Nesse sentido, as orientações do Banco Mundial e as contra-reformas educacionais foram fundamentais para a expansão da educação superior privada. Entretanto, neste contexto de tendência de formação de oligopólios, as orientações da Organização Mundial do Comércio (OMC) adquirem proeminência (TAVARES E MAUÉS, v. 4, n. 1, p. 38).

Schlesener e Pereira, (vol.9, n.1, p. 48) reafirmam a necessária compreensão dos laços estabelecidos pela burguesia nacional com o capitalismo internacional, que tem permitido expandirem-se as corporações no campo da educação, para atingir vários propósitos: a potencialização das forças econômicas e ideológicas que transformam a educação em mercadoria e também a hegemonia sobre a formação de jovens, com o predomínio da difusão de um conhecimento cristalizado e dogmatizado, favorável à internalização da ideologia conservadora, avessa às perspectivas de elaboração do pensamento crítico.

Para conhecimento das relações estabelecidas em âmbito nacional das empresas brasileiras e estrangeiras, fundações, mantenedoras privadas, bancos, redes de comunicação e o Estado é fundamental a análise detalhada dessa articulação elaborada por Neves e Piccinini no artigo *Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe*

trabalhadora desde a escola do estado, vol. 10, n. 1, p.184-206, mai. 2018. O domínio das elaborações, do setor hegemônico para a educação nacional, pode viabilizar a construção de um bloco histórico mais integrado no campo progressista para a construção dos projetos contra-hegemônicos necessários e urgentes.

Maués no texto da entrevista concedida a *Germinal* (vol. 9, n.1, 2017), aponta os enormes desafios a se enfrentar, considerando que há uma organização poderosa das forças conservadoras, coordenadas pelo movimento internacional *Estudantes pela Liberdade, Students for Liberty*, organização financiada pelo grande capital. O *Movimento Brasil Livre*, que conta com suporte político e financeiro de várias entidades, entre outras: o *Instituto de Estudos Empresariais* (IEE), o *Instituto Liberal*, (IL), *Instituto Mises Brasil*, afiliado do *Mises Institute* dos EUA, *Instituto Millenium*.

Nessa conjuntura, mostrou-se muito estratégico o trabalho dos autores que contribuíram, desde o primeiro número da revista *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, para que se tenha um aporte teórico socializado amplamente, com o objetivo de difusão do pensamento crítico, sem o qual torna-se mais difícil o enfrentamento da crise atual e a perspectiva de estabelecimento de alianças estratégicas para a continuidade da disputa de condições para a luta pela educação pública gratuita, laica de qualidade socialmente referenciada e pela construção de outro projeto para essa educação, calcada em experiências como a do MST, da implantação da Pedagogia Histórico-Crítica em alguns estados, como o Paraná, de formação de professores em rede de educadores críticos pelo HISTEDBR e por meio de associações como a ABEM.

Na revista *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, podem ser pesquisados artigos, teses e dissertações com temáticas relativas à política educacional em praticamente todos os seus números, o que evidencia a relevância desse objeto na história recente da educação do país. Pela impossibilidade de abarcar nos limites do presente artigo, o conteúdo que neles se apresenta, indica-se a seguir uma lista com o título dos mesmos, nos números editados, a partir de 2009.

- v. 1, n.1 (2009) Modo de produção e educação
Formação de professores em nível superior em Santa Catarina
- v. 2, n.1 (2010) Crise e revolução
A educação do MST no contexto educacional brasileiro
- v.2, n.2 (2010) Projeto histórico comunista e educação
A pedagogia socialista e a formação do educador do campo
Concepção pedagógica oficial construtivista na rede estadual de ensino paulista
- v. 3, n. 1 (2011) Luta de classes, educação e revolução
Reformas educacionais e protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente
- v. 4, n. 1 (2012) Imperialismo, crise e educação
Expansão da educação superior pós-LDB de 1996 e constituição de oligopólios transacionais no estado do Pará
Reformas curriculares e a formação do (novo) trabalhador em Educação Física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil

Avanços e contradições nas políticas de formação de professores no Brasil contemporâneo: o caso do PROINFANTIL

- v. 5, n. 1 (2013) Educação e emancipação humana
Emancipação humana e a políticas da educação superior no Brasil
O empresariamento da educação pública: o caso do programa Acelera Brasil
- v. 5, n. 2 (2013) Pedagogia histórico-crítica
Contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação de professores
O papel do currículo escolar no desenvolvimento humano: contribuições da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural
A implantação oficial da pedagogia histórico-crítica na rede pública do estado do Paraná (1983-1994): legitimação, resistência e contradições
- v. 6, n. 1 (2014) Conjuntura
Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais
Padrão dependente de escola superior e a atual expansão das universidades brasileiras
Política de formação de professores para a educação do campo: limites e possibilidades
A política de educação do campo e a luta de classes no Brasil contemporâneo: questões para análise da conjuntura.
A educação da “miséria”: particularidade capitalista e educação superior no Brasil
- v. 6, n. 2 (2014) Capitalismo, trabalho e educação
Expansão e empresariamento da educação profissional técnica de nível médio em debate
- v. 7, n. 2 (2015) História da educação
O setor privado-mercantil de educação superior no Brasil e a educação a distância
O sindicato da educação superior e as políticas educacionais
Alguns apontamentos sobre política (“pública”) educacional
- v. 8, n. 1 (2016) Conjuntura, luta de classes e educação
O compromisso educacional da união, estados e municípios: colaboração, subordinação ou omissão?
A política de educação superior nos governos petistas: a inflexão da universidade ao capital
Educação à distância e o fetichismo tecnológico: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil
- v. 8, n. 2 (2016) Luta pela terra e educação do campo
Educação como direito universal: movimentos sociais e políticas públicas de educação para as populações rurais
Luta pela terra e educação do campo
- v. 9, n. 1 (2017) Crítica da política educacional
Contém um dossiê com análises fundamentais sobre a política educacional na atual conjuntura: 1 Editorial, 05 textos da seção Debate, 17 artigos, 01 entrevista, 01 texto clássico, 01 resenha, 6 resumos de teses e dissertações
- v. 9, n. 2 (2017) Para a crítica da produção do conhecimento
A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola
As políticas educacionais à sombra do pós-modernismo e suas implicações no ensino de literatura

Programa nacional de educação na reforma agrária (Pronera): política pública para efetivação do direito à educação superior para a população do campo

- v. 9, n. 3 (2017) América latina, 100 anos da revolução russa, educação e ensino

Impeachment no Brasil: O governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras

Paradigmas positivistas nas reformas educacionais do (des) governo Temer: Do Escola sem partido ao Novo Ensino Médio

A profissionalização imposta por decreto: notas sobre a reformulação neoliberal na educação dos trabalhadores brasileiros

Contribuição à crítica da base nacional comum curricular – a máscara do conformismo na educação do banco mundial

- v. 10, n. 1 (2018) Karl Marx: 200 anos! Um legado revolucionário

Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da educação básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do estado

Da proletarização dos professores na ditadura empresarial-militar aos desafios educacionais da transição democrática: as contribuições de Florestan Fernandes sobre a formação política do professor

- v.10, n.2 (2018) Educação socialista: desafios teórico-práticos

Reformas educacionais e políticas curriculares para a educação básica: prenúncios e evidências para uma resistência ativa

Formação do professor no contexto das novas diretrizes curriculares nacionais

A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE

Considerações Finais

Os conteúdos contidos na maioria dos artigos publicados na Revista *Germinal*, tendo como objeto de análise a política educacional, contemplam um tratamento teórico-metodológico ancorado nas categorias fundamentais do materialismo histórico-dialético, demonstrando, por meio desse exercício de elaboração, a pertinência e necessidade de uso de um método de investigação, mediante o qual a análise da relação entre o todo e as partes ganha centralidade histórica, epistemológica e política, exatamente pelo fato de tornar compreensível a realidade concreta que se apreende e internaliza mediante o desenvolvimento do pensamento crítico.

É por meio do uso do método que se pode identificar a natureza do Estado capitalista na atual fase do capitalismo, na qual vai sendo reduzido o seu papel de concepção, planejamento e execução de políticas de caráter universal. Na realidade, embora o capitalismo para garantir a sua reprodução na atual fase: imperialista/financeira, tenha atuação em âmbito mundial, as políticas gestadas pelos órgãos multilaterais do capitalismo secundarizam a dimensão *macro* no que se refere às políticas sociais, indicando, claramente, uma perspectiva focada, fragmentada e desarticulada no processo de prestação de serviços públicos. Longe dessa forma de operação do Estado capitalista significar uma contradição, ela é a forma necessária de articulação do movimento do capital, de modo desigual e combinado, que garante a continuidade da acumulação, sobretudo, no contexto de elevada financeirização da riqueza, em que os serviços públicos cada vez mais tornam-se espaços para a valorização privada do capital, pela via da privatização, terceirização/concessão.

A partir desse *modus operandi*, a política educacional esvazia-se de conteúdo de caráter educativo e social, prevalecendo a lógica de adequação de seus objetivos aos interesses do capital, notadamente, na sua dimensão especulativa. Assim sendo, aos educadores alinhados ao campo progressista impõe-se a inadiável e grandiosa tarefa de constituição de um bloco histórico para manter e difundir a produção do conhecimento crítico, fazendo frente à avalanche do pensamento conservador e reacionário, que tende a se ampliar no caso brasileiro, a partir do ano de 2019, com a ascensão ao poder de um conjunto de forças nacionais associadas ao capital internacional, e que, historicamente, se distanciam de um projeto nacional de desenvolvimento emancipador, na perspectiva de pensadores, como Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior, mas sim, concebem o território nacional com o patrimônio social nele contido, como objeto de negociações lucrativas em seu favor, comprometendo a soberania nacional e as possibilidades de construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

Referências

- CARCHEDI, Guglielmo. O esgotamento da atual fase histórica do capitalismo. Disponível em: <http://resistir.info/crise/carchedi04jan17.html>
- DA CRUZ, Andreia Gomes; COSTA DE PAULA, Maria de Fátima. O SETOR PRIVADO-MERCANTIL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E A EDUCAÇÃO A DISTANCIA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 242-251, dez. 2015. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13637>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i2.13637>.
- DUARTE, Rita de Cássia; DERISSO, José Luis. A REFORMA NEOLIBERAL DO ENSINO MÉDIO E A GRADUAL DESCARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 2, p. 132-141, set. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21857>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i2.21857>.
- FREITAS, Luiz Carlos de. OS EMPRESÁRIOS E A POLÍTICA EDUCACIONAL: COMO O PROCLAMADO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É NEGADO NA PRÁTICA PELOS REFORMADORES EMPRESARIAIS. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, ago. 2014. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v6i1.12594>.
- HOFFMAN, Rodolfo. Estud. av. vol.15 no.41 São Paulo Jan./Apr. 2001, p. 68.
- IBGE. PNAD. Brasília, 2017. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/> (18/05/2018).
- IPEA, Nota Técnica PNAD- 2014.
- LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vania Cardoso. EDUCAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO EM MEIO À TORMENTA POLÍTICO-ECONÔMICA DO BRASIL. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21792>.
- MAUES, Olgaíses Cabral. CRÍTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 276-283, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22300>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.22300>.

MELO, Adriana Almeida Sales de; SOUSA, Flávio Bezerra de. A AGENDA DO MERCADO E A EDUCAÇÃO NO GOVERNO TEMER. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21619>.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 2ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Rosa Maria Correa das; PICCININI, Cláudia Lino. CRÍTICA DO IMPERIALISMO E DA REFORMA CURRICULAR BRASILEIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: EVIDÊNCIA HISTÓRICA DA IMPOSSIBILIDADE DA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DESDE A ESCOLA DO ESTADO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 184-206, mai. 2018. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26008>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v10i1.26008>.

ORSO, Paulino José. A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE GOLPE, OU ENTÃO, COMO AVANÇAR ANDANDO PARA TRÁS. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 50-71, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21735>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21735>.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. CRÍTICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 1-13, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22419>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.22419>.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.

RODRIGUES PEREIRA, Maria de Fátima; SCHLESENER, Anita Helena. NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL EM CONTEXTOS DE IMPERIALISMO. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 37-49, mai. 2017. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21633>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21633>.

TAVARES, Pedro Henrique de Sousa; MAUÉS, Olgaíses Cabral. EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÓS-LDB DE 1996 E CONSTITUIÇÃO DE OLIGOPÓLIOS TRANSNACIONAIS NO ESTADO DO PARÁ. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 31-43, mai. 2013. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9402>>. Acesso em: 15 Mar. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v4i1.9402>.

Notas:

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (1975), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1982), doutorado em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e estágio de pós-doutorado na área de política e financiamento da educação realizado na Faculdade de Educação da USP (1999). Atuou como docente na Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, realiza pesquisas e coordena no Maranhão o Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) cuja coordenação geral encontra-se no Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas. Professora Visitante Sênior da Universidade Estadual do Maranhão (início: 2016, término 2018). Email: rosar2@uol.com.br

² Furtado (1968a) ilustra seus argumentos com dados esquemáticos sobre a distribuição da renda no Brasil (citando um trabalho da CEPAL, que certamente se baseou nos resultados do Censo Demográfico de 1960), assinalando que os 1% mais ricos e os 50% mais pobres se apropriavam de parcelas idênticas da renda nacional: 18,6%. De acordo com esses dados, os 10% mais ricos ficavam com 41,3% da renda nacional. Utilizando os dados da PNAD de 1999, verifica-se que na distribuição das pessoas residentes em domicílios particulares conforme seu rendimento familiar *per capita*, as frações da renda total apropriadas pelos

50% mais pobres, pelos 1% mais ricos e pelos 10% mais ricos foram, respectivamente, 12,3%, 13,3% e 47,4%. Em 1968, Celso Furtado já considerava que a concentração da renda era o maior obstáculo ao desenvolvimento do país! Logo após a divulgação dos dados do Censo Demográfico de 1970, dois estudos mostraram um grande crescimento da desigualdade da distribuição da renda no Brasil entre 1960 e 1970: os de Fishlow (1972) e Hoffmann & Duarte (1972). Esse aumento de desigualdade transformou-se em elemento importante na crítica da política econômico-social dos governos militares. Hoffmann indica ver Lopes (1975) para uma análise das singularidades do debate em um regime com censura e repressão política, quando a análise acadêmica passou a ser uma das poucas vias permitidas de crítica ao sistema. Nessa época, as reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) ganharam enorme importância como fóruns de manifestação de críticas ao regime. (Hoffman, Rodolfo. **Estud. av. vol.15 no.41 São Paulo Jan./Abr. 2001, p. 68.**

- ³ A queda na taxa de pobreza extrema de 2004 para 2014 varia de 63% a 68,5%, dependendo da linha de análise utilizada, uma redução média em torno de 10% ao ano. (IPEA, Nota Técnica PNAD- 2014).
- ⁴ A pauta de exportação dos países em desenvolvimento, como o Brasil, passa a ser concentrada em produtos primários, como minério de ferro, proteína animal (principalmente carne bovina e frango), grãos e outras *commodities*, com baixo valor agregado. Por outro lado, importa produtos de alto valor agregado e continua a perder espaço na produção e exportação de produtos industriais convencionais, os quais passam a ser crescentemente importados, como tecidos, calçados, confecções, utensílios domésticos, ferramentas simples, etc.
- ⁵ O crescimento dos lucros fictícios está relacionado ao crescimento da dívida global, que ocorre pela emissão de títulos de dívida (obrigações, por exemplo), que vão se multiplicando pela emissão de títulos de dívida sobre os títulos de dívida emitidos anteriormente (chamados derivativos). Desse modo, há um crescimento exponencial de títulos de dívida interconectados como decorrência do crescimento constante e incontrolável da dívida global.
- ⁶ Importante ressaltar que a política de competências e habilidades vem sendo concebida e implementada, desde a educação básica pública. Um estudo aprofundado dessa temática está sistematizado na tese de doutorado de Rodrigo da Silva Pereira – A política de competências e habilidades na educação básica pública: relações entre Brasil e OCDE, cujo resumo foi publicado na Revista *Germinal* v.10, n.2, 2018.